

Exibição Irresponsável

Num ano de eleições gerais, os deputados deram mais uma demonstração de irresponsabilidade política. Na ânsia de conquistar as graças do funcionalismo, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de readmissão integral dos 108 mil servidores públicos, de autarquias e empresas estatais demitidos no governo Collor. Contavam com isso angariar os votos dos demitidos e familiares.

A aprovação, com apenas 45 votos contrários, mostra que o comportamento do Legislativo continua o mesmo: vota-se alegremente ali tudo o que pareça benefício para o cidadão (visto como potencial eleitor), desde que possa render votos na próxima eleição. Entretanto, como o Congresso não providencia receita para atender as despesas, o benefício logo vira ilusório: atrás dele vem o desequilíbrio orçamentário seguido da inflação que dele se alimenta, mas o Congresso se apressa em culpar o Executivo pelos problemas.

Comprometido até o pescoço pelas revelações da CPI do Orçamento, o Congresso age com a certeza de que o eleitor tem memória curta. A verdade é que nem a cassação de cinco dezenas de parlamentares será capaz de apagar a responsabilidade coletiva dos deputados e senadores que fecharam os olhos ao que se passava nos bastidores da Comissão do Orçamento.

Sem entrar no mérito da reforma administrativa e do fechamento das estatais e autarquias extintas no governo Collor, um fato se destaca objetivamente: os serviços essenciais prestados pelo Estado à sociedade não se ressentiram do enxugamento dos funcionários da máquina pública. O que era ruim, não piorou, nem melhorou. Inegavelmente, pouparam-se recursos gastos

improdutivamente com salários e que, numa conjuntura de déficit orçamentário, ajudam a reequilibrar as despesas com a receita. Se a demissão ajudou a refrear a marcha da inflação, não deixou de ser um enorme benefício para o cidadão-contribuinte.

O exame por dentro das demissões, no entanto, há de encontrar injustiças e o desperdício de quadros que podem ser mais eficientes para o governo e a sociedade (que tudo paga) do que muitos dos que continuam alojados na burocracia estatal. Em nome da racionalidade administrativa, cabe reaproveitar os mais capazes. Isso é um efetivo fortalecimento da eficiência do Estado. Daí a aprovar a volta irrestrita dos 108 mil demitidos vai uma distância enorme — e um déficit ainda maior. De onde viriam os recursos para pagar os salários dos readmitidos e os atrasados que serão fatalmente cobrados na Justiça?

O ministro Fernando Henrique Cardoso está há dois meses catequizando a sociedade para a necessidade da austeridade e do equilíbrio do Orçamento e a derrubada da inflação. Não pode, portanto, aceitar a decisão insensata e irresponsável do Congresso. A volta dos 108 mil demitidos seria a sentença de morte prematura do plano econômico. Com o seu alto sentido de responsabilidade em relação ao momento nacional, tudo indica que o presidente Itamar Franco deve vetar o projeto do Congresso.

Num segundo atestado de que o projeto era exibição para a platéia, a Câmara nem deverá se surpreender com o veto, e ainda será capaz de demorar, mas aprovar, o plano econômico. Haja irresponsabilidade!